

Lins
Agroindustrial S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Lins Agroindustrial S.A.**

Lins - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lins Agroindustrial S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lins Agroindustrial S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo do ativo biológico

Ver notas explicativas n.ºs. 4.b, 7.7 e 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas.

O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. Essas projeções requerem julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, a área de colheita, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto.

Devido às incertezas e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderia ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram:

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, a área de colheita, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;
- Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e
- Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico.

Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto/SP, 12 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Lins Agroindustrial S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9 a	696.990	537.234	Fornecedores	18	115.301	138.763
Aplicações financeiras	9 b	244.262	238.064	Arrendamentos a pagar	17 b	29.952	6.152
Contas a receber de clientes	10	50.536	65.665	Parceria agrícola a pagar	17 b	164.177	173.376
Instrumentos financeiros derivativos	33	53.033	37.118	Empréstimos e financiamentos	19	255.932	246.274
Estoques	11	224.997	200.795	Debêntures	19	5.426	5.148
Ativo biológico	12	181.444	239.645	Salários e contribuições sociais	21	40.877	36.566
Adiantamentos a fornecedores	13	1.186	6.417	Dividendos e juros sobre o capital próprio	22	3.516	3.035
Tributos a recuperar	14 a	86.850	33.997	Empréstimos de acionistas	22	12.030	10.859
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14 b	25.848	4.404	Adiantamentos de clientes	23	3.861	10.454
Demais contas a receber	15	8.621	1.724	Instrumentos financeiros derivativos	33	41.905	65.060
				Tributos a recolher	24	1.922	6.644
Total do ativo circulante		1.573.767	1.365.063	Total do passivo circulante		674.899	702.331
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	19	763.481	609.373
Aplicações financeiras	9 b	44.100	38.384	Debêntures	19	277.369	266.891
Instrumentos financeiros derivativos	33	-	659	Adiantamentos de clientes	23	168.874	-
Tributos a recuperar	14 a	27.729	27.380	Arrendamentos a pagar	17 b	33.985	23.640
Demais contas a receber	15	5.653	30.238	Parceria agrícola a pagar	17 b	546.001	658.777
				Instrumentos financeiros derivativos	33	-	9.528
				Obrigações com a Cooperativa	20	18.278	17.750
				Empréstimos de acionistas	22	72.177	75.487
				Provisão para contingências	25	11.136	5.334
				Tributos diferidos	26	258.690	229.110
				Total do passivo não circulante		2.149.991	1.895.890
				Total do passivo		2.824.890	2.598.221
Investimentos		625	625	Patrimônio líquido			
Imobilizado	16	1.396.524	1.216.629	Capital social	27	823.920	551.981
Intangível		2.225	1.709	Reservas de lucros		71.814	306.303
Direito de uso	17 a	692.589	784.644	Ajuste de avaliação patrimonial		22.588	8.826
Total do ativo não circulante		2.169.445	2.100.268	Total do patrimônio líquido		918.322	867.110
Total do ativo		3.743.212	3.465.331	Total do passivo e patrimônio líquido		3.743.212	3.465.331

Lins Agroindustrial S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Receita líquida das vendas	28	1.185.900	1.320.009
Custo dos produtos vendidos	29	(861.379)	(894.035)
Variação do valor justo do ativo biológico	12	(92.618)	10.851
Lucro bruto		<u>231.903</u>	<u>436.825</u>
Despesas com vendas	29	(16.212)	(15.832)
Despesas gerais e administrativas	29	(64.953)	(52.835)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	48.480	14.452
Lucro operacional		<u>199.218</u>	<u>382.610</u>
Receitas financeiras	31	117.427	96.995
Despesas financeiras	31	(249.067)	(230.489)
Variação cambial, líquida	31	1.467	(8.504)
Derivativos	31 / 33	3.998	(56.824)
Resultado financeiro	31	<u>(126.175)</u>	<u>(198.822)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		73.043	183.788
Imposto de renda e contribuição social	26		
Correntes		(2.378)	(18.529)
Diferidos		(20.010)	(16.487)
Lucro líquido do exercício		<u>50.655</u>	<u>148.772</u>
Lucro básico e diluído por ação - em R\$	32	<u>17,29</u>	<u>50,77</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Lins Agroindustrial S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido do exercício	50.655	148.772
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Instrumentos financeiros derivativos:		
Derivativos de mercadorias - futuro, opções e contratos a termo	5.802	60.940
Derivativos de câmbio - opções e NDF	18.306	(33.448)
Tributos diferidos sobre itens acima	(9.571)	(9.347)
	<u>14.537</u>	<u>18.145</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>65.192</u></u>	<u><u>166.917</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lins Agroindustrial S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Custo atribuído	Hedge accounting		
Em 31 de março de 2024	499.927	10.382	20.861	172.284	12.173	(20.474)	-	695.153
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	27 (iii)	-	-	-	(1.018)	-	1.018	-
Instrumentos financeiros - <i>hedge accounting</i>	27 (iii)	-	-	-	-	18.145	-	18.145
Integralização de capital social	27 (i)	52.054	-	-	-	-	-	52.054
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	148.772	148.772
Destinação do Lucro:								
Constituição de reservas	27 (ii)	-	7.439	-	95.337	-	(102.776)	-
Constituição de juros sobre o capital	27 (v)	-	-	-	-	-	(45.600)	(45.600)
Dividendos mínimos obrigatórios	27 (iv)	-	-	-	-	-	(1.414)	(1.414)
Em 31 de março de 2025	551.981	17.821	20.861	267.621	11.155	(2.329)	-	867.110
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	27 (iii)	-	-	-	(775)	-	775	-
Instrumentos financeiros - <i>hedge accounting</i>	27 (iii)	-	-	-	-	14.537	-	14.537
Integralização de capital social	27 (i)	271.939	(17.821)	-	(254.118)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	50.655	50.655
Destinação do Lucro:								
Constituição de reservas	27 (ii)	-	2.533	-	34.917	-	(37.450)	-
Constituição de dividendos	27 (iv)	-	-	-	-	-	(13.500)	(13.500)
Dividendos mínimos obrigatórios	27 (iv)	-	-	-	-	-	(480)	(480)
Em 31 de março de 2026	823.920	2.533	20.861	48.420	10.380	12.208	-	918.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lins Agroindustrial S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		73.043	183.788
Ajustes:			
Depreciação e amortização	29	175.565	141.508
Depreciação direito de uso	29	153.810	159.916
Colheita dos ativos biológicos	29	214.233	215.941
Variação do valor justo do ativo biológico	12	92.618	(10.851)
Resultado da baixa de arrendamentos	17	(126)	17.505
Resultado da alienação de ativo imobilizado	16	2.890	7.104
Provisão para contingências, líquida	25	5.802	1.374
Instrumentos derivativos não realizados		(23.831)	35.091
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos de empréstimos e debêntures	35	136.424	134.803
Juros de arrendamentos e parcerias agrícolas	17	75.332	82.527
Juros sobre adiantamentos de clientes	23	18.874	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	31	10.279	4.287
		934.913	972.993
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		16.002	15.026
Estoques		(32.455)	(25.607)
Aumento de ativo biológico	12	(243.712)	(201.625)
Adiantamentos a fornecedores		5.231	(5.866)
Tributos a recuperar		(73.073)	(11.011)
Demais contas a receber		17.688	4.808
Fornecedores		(89.689)	(39.979)
Obrigações com a Cooperativa		-	(614)
Salários e contribuições sociais		4.311	1.359
Adiantamento de clientes		143.407	2.680
Impostos a pagar		(4.722)	(5.515)
Caixa gerado nas operações		677.901	706.649
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	35	(130.363)	(113.966)
Pagamento de juros sobre empréstimos partes relacionadas	22	(3.599)	(2.412)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.378)	(18.529)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		541.561	571.742
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Ingressos de aplicações financeiras		(11.915)	(39.019)
Adições ao ativo imobilizado e intangível exceto cana-de-açúcar	16	(118.205)	(108.523)
Adições ao ativo imobilizado cana-de-açúcar	16	(184.122)	(167.464)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado		6.091	8.001
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(308.151)	(307.005)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de partes relacionadas	22	(7.300)	(7.300)
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	35	(217.189)	(329.672)
Ingressos de empréstimos e financiamentos e debêntures	35	385.650	248.919
Amortização de alugueis, arrendamentos e parcerias - principal	17	(142.548)	(136.707)
Amortização de alugueis, arrendamentos e parcerias juros	17	(75.330)	(84.065)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(13.500)	(2.168)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(70.217)	(310.993)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		163.193	(46.256)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		537.234	582.932
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(3.437)	558
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		696.990	537.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lins Agroindustrial S.A. ("Companhia") foi constituída em 8 de agosto de 2019, com sede no município de Lins, estado de São Paulo, e possui como atividade preponderante a produção e o comércio de açúcar, etanol e seus subprodutos, além de exercer atividades agrícolas relacionadas à exploração de cana-de-açúcar em áreas próprias e de terceiros em regime de parceria. Substancialmente a cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é de propriedade da Companhia.

A Companhia é controlada pela *holding* Equi Participações e Empreendimentos S.A., no qual possui 100% das ações.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição.

A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática.

Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

A Companhia seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 17** - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2026 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.9 (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Notas explicativas nº 10** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação dos percentuais de perda;
- **Nota explicativa nº 12** - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota explicativa nº 17** – Taxa de desconto aplicada no CPC 06 (R2) - Arrendamentos;
- **Nota explicativa nº 25** - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 26** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** – Ativo biológico; e
- **Nota explicativa nº 33** - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda; e
- os ativos imobilizados mensurados pelo custo atribuído na data da transição.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de março de 2025.

7 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao longo do exercício apresentado nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário.

7.1 Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia fabrica e vende açúcar, etanol e outros produtos. As vendas destes produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

7.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: juros sobre aplicações financeiras; juros ativos e passivos; despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, ganhos e perdas com derivativos; ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

7.3 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

7.4 Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

7.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre

o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

7.6 Operações Cooperativa

A Companhia foi cooperada junto a Copersucar, cooperativa da qual houve o desligamento ao final em março/2016. Nas operações mantidas com a Cooperativa, as receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperados e nas atividades de apoio e administração, efetuadas pela Cooperativa, eram apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986.

7.7 Ativo biológico

O ativo biológico refere-se às plantações de cana-de-açúcar que é mensurado pelo valor justo, excluindo o terreno sobre o qual é plantado, de acordo com o método de fluxo de caixa descontado.

Para a cana-de-açúcar, a Companhia utiliza os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e são projetados de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada colheita, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos, os preços do açúcar total recuperável, produtividades estimadas e os custos estimados relacionados à produção, colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

Mudanças nos valores justos entre os períodos, bem como em sua amortização, são alocadas na Demonstração do resultado na rubrica “Custo dos produtos vendidos”.

7.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial e com depreciação, incorridos no período de entressafra, são acumulados no grupo de estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol por ocasião da colheita e da industrialização da cana-de-açúcar da safra seguinte.

O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (nota explicativa nº 30).

Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 – Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

7.9 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Companhia incorporou acervo líquido em que determinados ativos imobilizados foram avaliados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs (1º de abril de 2009).

Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais ponderadas de depreciação, ao ano, são as seguintes:

Edifícios, dependências e benfeitorias	de 2 a 10%
Equipamentos instalações industriais	de 2,5 a 33%
Veículos	de 5 a 20%
Máquinas e implementos agrícolas	de 5 a 20%
Cana-de-açúcar	20%
Outros	de 3 a 50%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7.10 Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

7.11 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, taxa de juros, preço de açúcar e de etanol.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no Patrimônio líquido para alguns Derivativos elegíveis para a Contabilidade de *Hedge*, sendo a variação dos demais alocada ao resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, as variações ocorridas no valor justo do derivativo são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em VJORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge* estes instrumentos impactam o resultado operacional no momento da liquidação da operação. Quaisquer variações no valor justo dos derivativos não designados a *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado.

A avaliação de atendimento aos requisitos de eficácia ocorre na data de designação inicial e, trimestralmente, em cada data de divulgação até o seu encerramento ou descontinuação da Relação de *hedge*. O objetivo é avaliar o cumprimento da exigência de que o instrumento de *hedge* é altamente eficaz na obtenção da compensação para os fluxos de caixa protegidos e, assim, apoiar a continuação ou descontinuação da contabilidade de *hedge* para um determinado derivativo ou grupo de derivativos.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta de ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado.

7.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

O Estatuto social da Companhia determina o percentual de 1% sobre o lucro líquido do exercício como dividendos mínimos obrigatórios (vide nota explicativa nº 27 (iv)).

7.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso

contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida

7.14 Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7.15 Subvenção para investimentos

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do exercício do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

7.16 Lucro líquido por ação – básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

7.17 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas.

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de toneladas de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia altera sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7.18 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as

transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

8 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso do Companhia 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Indexador	Remuneração média ponderada		2026	2025
		2026	2025	2026	2025
Caixa e bancos no Brasil		-	-	142	65
Caixa e bancos no exterior (dólar norte-americano)		-	-	110.967	22.760
Títulos e valores mobiliários					
CDB	CDI	102,02%	102,17%	418.603	490.870
Letra financeira	CDI	99,86%	-	128.364	-
Fundo de investimento	CDI	101,54%	101,90%	38.914	23.539
Total de caixa e equivalentes de caixa				<u>696.990</u>	<u>537.234</u>

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 33.

b. Aplicações financeiras

	Indexador	Remuneração média ponderada		2026	2025
		2026	2025	2026	2025
CDB	CDI	102,51%	102,27%	101.007	131.993
Letra financeira	CDI	101,88%	103,83%	187.355	144.455
Total de aplicações financeiras				<u>288.362</u>	<u>276.448</u>
Ativo circulante				244.262	238.064
Ativo não circulante				44.100	38.384

As aplicações financeiras são investimentos que não atendem ao conceito de equivalentes de caixa, usualmente relacionadas a garantias para operações de financiamento, com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 33.

10 Contas a receber de clientes

	2026	2025
Clientes mercado interno	25.853	52.093
Clientes mercado externo	24.704	13.598
Provisão para perdas esperadas	<u>(21)</u>	<u>(26)</u>
	<u>50.536</u>	<u>65.665</u>

O saldo a receber de clientes, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, refere-se a venda direta de produtos aos clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa nº 33.

O saldo de contas a receber de clientes está distribuído como segue:

	2026	2025
À vencer	50.557	65.691
Vencidos	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>50.557</u>	<u>65.691</u>

Provisão para perdas esperadas

	2026	2025
Saldo inicial	(26)	(30)
Redução de perdas no exercício	<u>5</u>	<u>4</u>
Saldo final	<u>(21)</u>	<u>(26)</u>

11 Estoques

	2026	2025
Produtos acabados e em elaboração	90.278	95.925
Custos a apropriar do período de entressafra	94.934	65.652
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	38.905	38.718
Renovabio - Cbios	<u>880</u>	<u>500</u>
	<u>224.997</u>	<u>200.795</u>

O custo dos produtos acabados contempla a cana-de-açúcar (considerada como produto agrícola e mensurada pelo valor justo, menos despesas de vendas, no momento da colheita) e os gastos gerais de fabricação, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra são gastos incorridos na manutenção de equipamentos agrícolas e industriais que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

Os estoques de almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

Renovabio – cbios

A Política Nacional de Biocombustíveis – Renovabio, instituído pela Lei nº 13.576/17, faz parte da política energética nacional e tem como objetivo contribuir com a adequada relação de eficiência energética e redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

O programa Renovabio estabelece a obrigatoriedade das distribuidoras de combustíveis em comprar créditos na proporção de suas vendas de combustíveis fosseis, visando minimizar os impactos das emissões de carbono de suas atividades. Paralelamente os produtores de combustíveis renováveis, podem se certificar ar para emissão destes créditos de descarbonização (CBIOS).

A Companhia foi certificada em 13 de março de 2020 no programa Renovabio e, em 18 de março de 2020, firmou contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO para utilização da plataforma Cbios.

Em 31 de março de 2026 a Companhia possuía 39.918 Cbios disponíveis para comercialização, (em 31 de março de 2025 havia 9.582 Cbios disponíveis).

Durante o exercício social, foram comercializados 165.597 Cbios (262.632 em 31 de março de 2025), reconhecidos como Receita líquida de vendas (nota explicativa nº 28).

12 Ativo biológico

A movimentação do ativo biológico (cana-de-açúcar) está demonstrada abaixo:

	2026	2025
Ativo biológico no início do exercício	239.645	228.611
Aumentos decorrentes de tratos culturais	243.712	201.625
Transferência para estoque	-	(8.777)
Reduções decorrentes de colheita	(209.295)	(192.665)
Variação no valor justo	<u>(92.618)</u>	<u>10.851</u>
Ativo biológico no fim do exercício	<u>181.444</u>	<u>239.645</u>

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

(i) Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos de vários órgãos reguladores, para os quais estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento.

(ii) Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios acidentais e criminosos e outras forças da natureza. Existem processos voltados ao monitoramento e mitigação desses riscos, incluindo controle de pragas à cultura no campo e na indústria. Não há nenhum tipo de seguro contratado que cubra esses riscos.

(iii) Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares)	53.298	49.274
Produtividade prevista (tonelada/hectare)	83,78	87,20
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/ton)	137,47	135,68
Valor do kg de ATR - médio projetado (R\$)	1,12	1,24

Em 31 de março de 2026, os fluxos de caixa foram descontados por 9,16% a.a. (9,95% a.a. em 31 de março de 2025) que são o WACC (*Weighted Average Capital Cost* - Custo Médio Ponderado do Capital) da Companhia em 31 de março de 2026 e 2025.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar. e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 30.455. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 10.254.

13 Adiantamentos a fornecedores

	2026	2025
Adiantamento a fornecedores - cana-de-açúcar	589	6.193
Adiantamento a outros fornecedores	597	224
	1.186	6.417

Os adiantamentos são representados, por valores adiantados a fornecedores de cana e de bens e serviços, cuja entrega do produto ocorrerá durante a próxima safra.

14 Impostos a recuperar

a. Tributos a recuperar

	2026	2025
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.437	2.406
Programa de integração social - PIS	15.789	7.480
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	71.401	34.006
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	23.000	16.350
REINTEGRA	297	524
Demais impostos	655	611
	114.579	61.377
Ativo circulante	86.850	33.997
Ativo não circulante	27.729	27.380

Da variação do saldo de PIS/COFINS a recuperar o montante de R\$ 37.662, refere-se aos créditos registrados após análise detalhada com especialistas e a avaliação dos critérios de apuração dos créditos e determinação dos valores com fundamento no ART. 195, § 12, CF/ ART. 8º da Lei n. 10.925/2004 – Crédito Presumido – Aquisição de Cana, registrado na rubrica de outras receitas (Nota explicativa nº 30). Os créditos serão utilizados substancialmente nas operações da Companhia.

Os valores de ICMS, PIS e COFINS, que estão registrados no ativo circulante, são créditos acumulados da aquisição de ativos imobilizados que serão recuperados nos próximos 12 meses, com impostos gerados na comercialização de açúcar, etanol e subprodutos. A parcela existente no ativo não circulante refere-se a créditos de ICMS, PIS e COFINS na aquisição de ativos imobilizados, em que se estima que serão realizados em período superior a 12 meses.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2026	2025
Imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ	24.012	3.484
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	1.836	920
	25.848	4.404

15 Demais contas a receber

	2026	2025
Depósitos judiciais	3.593	3.759
Contas a receber Cooperativa (i)	903	903
Contas a receber Usina Batatais (ii)	7.453	24.390
Outras contas a receber	2.325	2.910
	14.274	31.962
Ativo circulante	8.621	1.724
Ativo não circulante	5.653	30.238

- (i) Participação da Companhia em processos de restituição de tributos administrados pela Cooperativa, para os quais não há mais possibilidade de reversão do crédito. O saldo não sofre atualização e não há data definida para realização, motivo pelo qual os saldos são classificados como não circulante.
- (ii) A Companhia possui o saldo a receber pelo resultado da cisão entre as empresas ocorrido em 29 de fevereiro de 2020. Na cisão foram divididos os valores contábeis na proporção de 50% para cada Companhia, estes valores cindidos, foram pagos na data de 20 de abril de 2026.

16 Imobilizado

	Terras e Terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Cana-de-açúcar	Outros	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 01 de abril de 2024	11.633	93.343	236.785	54.507	148.743	450.428	16.008	9.173	2.535	1.023.155
Aquisições	-	48	7.770	17.293	49.689	167.464	2.186	81.719	25.436	351.605
Transferências	-	3.235	46.995	73	4.205	-	4.552	(54.330)	(4.730)	-
Baixas	-	(2)	(5)	(654)	(8.000)	(5.706)	(145)	(593)	-	(15.105)
Depreciação	-	(2.278)	(23.666)	(5.405)	(18.667)	(89.991)	(3.019)	-	-	(143.026)
Saldos em 31 de março de 2025	11.633	94.346	267.879	65.814	175.970	522.195	19.582	35.969	23.241	1.216.629
Custo total	11.633	112.897	491.372	108.874	248.727	810.054	38.778	35.969	23.241	1.881.545
Depreciação acumulada	-	(18.551)	(223.493)	(43.060)	(72.757)	(287.859)	(19.196)	-	-	(664.916)
Valor residual	11.633	94.346	267.879	65.814	175.970	522.195	19.582	35.969	23.241	1.216.629
Saldos em 01 de abril de 2025	11.633	94.346	267.879	65.814	175.970	522.195	19.582	35.969	23.241	1.216.629
Aquisições	-	-	4.275	34.425	53.261	184.122	1.710	71.226	18.326	367.345
Transferências	-	11.568	98.820	1.520	17.103	-	4.583	(92.818)	(40.776)	-
Baixas	-	-	(177)	(1.494)	(5.645)	-	(35)	(1.630)	-	(8.981)
Depreciação	-	(2.597)	(26.079)	(8.959)	(22.167)	(115.233)	(3.434)	-	-	(178.469)
Saldos em 31 de março de 2026	11.633	103.317	344.718	91.306	218.522	591.084	22.406	12.747	791	1.396.524
Custo total	11.633	125.344	593.272	138.786	300.713	994.176	44.298	12.747	791	2.221.760
Depreciação acumulada	-	(22.027)	(248.554)	(47.480)	(82.191)	(403.092)	(21.892)	-	-	(825.236)
Valor residual	11.633	103.317	344.718	91.306	218.522	591.084	22.406	12.747	791	1.396.524
Taxas anuais de depreciação - %		de 2 a 10%	de 2,5 a 33%	de 5 a 20%	de 5 a 20%	20%	de 3 a 50%			

a. Bens dados em garantia

A Companhia cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos, perfazendo um total de R\$ 150.206 em 31 de março de 2026 (R\$ 182.328 em 31 de março de 2025).

b. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

c. Obras em andamento e adiantamentos a fornecedores

O saldo de obras em andamento refere-se substancialmente aos gastos incorridos nas adequações industriais, aumento da capacidade de moagem, projeto de irrigação, melhorias de estradas e outras melhorias e adequações em máquinas agrícolas, os quais serão encerrados em sua grande maioria no exercício 26/27.

17 Direito de uso e arrendamento a pagar e Parcerias agrícolas à pagar

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

a. Ativos de direito de uso

	Veículos	Parceria Agrícola (i)	Arrendamento Agrícola	Outros	Ativo de direito de uso
Saldo em 01 de abril de 2024	43.438	873.293	4.039	749	921.519
Acréscimo por novos contratos	-	74.938	-	-	74.938
Remensuração	-	(6.777)	(47)	-	(6.824)
Baixa	(19.959)	(37.511)	(165)	-	(57.635)
Depreciação	(1.288)	(145.084)	(342)	(640)	(147.354)
Saldo em 31 de março de 2025	22.191	758.859	3.485	109	784.644
Direito de uso	50.754	1.286.381	5.614	536	1.343.285
Depreciação acumulada	(28.563)	(527.522)	(2.129)	(427)	(558.641)
Valor residual	22.191	758.859	3.485	109	784.644
Saldo em 01 de abril de 2025	22.191	758.859	3.485	109	784.644
Acréscimo por novos contratos	45.393	64.640	316	11.974	122.323
Remensuração	-	(63.664)	(320)	-	(63.984)
Baixa	(27.433)	(42.087)	(455)	(536)	(70.511)
Depreciação	(18.992)	(122.223)	(443)	(5.240)	(146.898)
Baixa de depreciação	27.436	38.587	456	536	67.015
Saldo em 31 de março de 2026	48.595	634.112	3.039	6.843	692.589
Direito de uso	68.715	1.248.870	5.154	11.974	1.334.713
Depreciação acumulada	(20.120)	(614.758)	(2.115)	(5.131)	(642.124)
Valor residual	48.595	634.112	3.039	6.843	692.589

(i) Referem-se contratos tipificados pelo Estatuto da terra como parceria agrícola, que apesar de não se tratarem de arrendamento mercantil, foram incluídos por conterem condições previstas na norma CPC 06 (R2) Arrendamentos.

b. Passivos de arrendamento

	Compromissos de arrendamento	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento
Saldo em 01 de abril de 2024	1.154.027	(181.821)	972.206
Acréscimo por novos contratos	159.533	(84.595)	74.938
Remensuração	(6.824)	-	(6.824)
Baixa	(40.130)	-	(40.130)
Pagamentos efetuados	(136.707)	-	(136.707)
Pagamentos efetuados juros	(84.065)	-	(84.065)
Apropriação de encargos financeiros	-	82.527	82.527
	<u>1.045.834</u>	<u>(183.889)</u>	<u>861.945</u>
Saldo em 31 de março de 2025			
Passivo circulante			<u>179.528</u>
Arrendamento a pagar			6.152
Parceria agrícola a pagar			<u>173.376</u>
Passivo não circulante			<u>682.417</u>
Arrendamento a pagar			23.640
Parceria agrícola a pagar			<u>658.777</u>
			<u>861.945</u>
Saldo em 01 de abril de 2025	1.045.834	(183.889)	861.945
Acréscimo por novos contratos	178.500	(56.177)	122.323
Remensuração	(63.984)	-	(63.984)
Baixa	(3.623)	-	(3.623)
Pagamentos efetuados	(142.548)	-	(142.548)
Pagamentos efetuados juros	(75.330)	-	(75.330)
Apropriação de encargos financeiros	-	75.332	75.332
	<u>938.849</u>	<u>(164.734)</u>	<u>774.115</u>
Saldo em 31 de março de 2026			
Passivo circulante			<u>194.129</u>
Arrendamento a pagar			29.952
Parceria agrícola a pagar			<u>164.177</u>
Passivo não circulante			<u>579.986</u>
Arrendamento a pagar			33.985
Parceria agrícola a pagar			<u>546.001</u>
			<u>774.115</u>

A Companhia adotou taxa de desconto incremental aplicada aos passivos de arrendamento com características e prazos razoavelmente semelhantes. As taxas são representadas por cotações e empréstimos bancários com instituições financeiras.

A Companhia adotou taxa de desconto incremental aplicada aos passivos de arrendamento com características e prazos razoavelmente semelhantes. As taxas são representadas por cotações e empréstimos bancários com instituições financeiras. Para os contratos adicionados ao longo do exercício anterior, foi utilizada a taxa média de 14,96% e 14,13% para imóveis, veículos e outros arrendamentos e 13,26% para parcerias e arrendamentos agrícolas. Para este exercício, utilizamos a taxa média de 15,22% para veículos e outros arrendamentos e 15,48% para os novos contratos de parcerias e arrendamentos agrícolas.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceiros agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição:

Prazo	2026	2025
de 1 a 2 anos	-	184.965
de 2 a 3 anos	175.067	163.713
de 3 a 4 anos	199.208	153.247
de 4 a 5 anos	129.066	125.943
de 5 a 6 anos	95.498	97.468
de 6 a 7 anos	73.915	76.301
de 7 a 8 anos	60.148	61.072
acima de 8 anos	183.869	205.357
(-) Ajuste a valor presente	<u>(336.785)</u>	<u>(385.649)</u>
	<u>579.986</u>	<u>682.417</u>

18 Fornecedores

	2026	2025
Fornecedores de bens e serviços (i)	109.368	122.553
Fornecedores de cana-de-açúcar (ii)	5.544	16.056
Outras contas a pagar	<u>389</u>	<u>154</u>
	<u>115.301</u>	<u>138.763</u>

- (i) O saldo de fornecedores de bens e serviços referem-se a compras de materiais, insumos, serviços e equipamentos.
- (ii) Os valores a pagar a fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o eventual complemento de preço calculado com base no preço final de safra, que utiliza o índice do ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo.

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 33.

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 33.

Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento		2026	2025
			De	Até		
Nota de Crédito a Exportação-NCE	R\$	Variação do CDI acrescido de juros de 1,55% a.a.(igual em 2025)	25/02/22	22/04/27	21.407	23.825
Cédula de Crédito Bancário Pré-Pagamento de Exportação-PPE	R\$	Juros de 12,48%a.a. até 12,52% a.a.	13/02/26	09/02/28	152.434	-
CPR Financeira	US\$	Variação cambial mais juros de 2,25% a.a até 3,50% a.a. (igual em 2025)	10/10/19	13/11/28	44.219	65.703
Certificados Recebíveis do Agronegócio	R\$	Variação do CDI acrescido de juros de 0,59% a 2,10% a.a. (igual em 2025)	31/10/19	21/12/28	265.586	169.049
Cédula de Crédito Bancário Finame	R\$	Variação do CDI acrescido de juros de 1, 5% a.a. (igual em 2025)	18/03/22	16/03/28	75.621	75.043
Repasse FINEP Inovacred	R\$	Variação do CDI acrescido de juros de 1,35% a 1,5% a.a.	31/07/20	24/02/27	159.653	207.377
Finame	R\$	Juros de 98,70 do CDI	01/09/25	15/09/26	50.334	-
Finame	R\$	Variação da TR acrescido de juros de 5,575% a.a. (igual em 2025)	25/02/25	15/02/30	15.042	7.526
Finame	R\$	Juros de 8,4245% a.a. até 11,4486% a.a. (igual em 2025)	08/01/25	15/11/29	67.629	20.362
Finem	R\$	TLP acrescida de 2,98% a.a. (igual em 2025)	26/10/18	15/08/25	-	28
Cédula de Crédito Bancário	R\$	Juros de 1,77% a.a. até 3,07% a.a. (igual em 2025)	18/02/19	15/12/32	6.460	7.416
Finem (a)	R\$	Juros de 11,00% a.a. (igual em 2025)	13/11/23	01/01/27	29.132	116.067
Debêntures (b)	R\$	TLP acrescida de 1,66% a.a. até 2,07% a.a. (igual em 2025)	18/02/19	15/12/32	141.873	163.251
		Variação do CDI acrescido de juros de 1,05% até 1,56% a.a. (igual em 2025)	13/06/23	17/06/30	272.818	272.039
					1.302.208	1.127.686
Passivo circulante					261.358	251.422
Passivo não circulante					1.040.850	876.264
Empréstimos – circulante					255.932	246.274
Debêntures – circulante					5.426	5.148
Empréstimos – não circulante					763.481	609.373
Debêntures – não circulante					277.369	266.891

(a) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Finem)
Refere-se a contratação junto ao BNDES, para ampliação da capacidade de moagem da Companhia no montante de R\$ 332.600, com custo médio de 4,91% na taxa pré-fixada + taxa pós da TLP-IPCA, a ser liberado por tranches, de acordo com os gastos apresentados. O saldo da dívida é apresentado líquido dos gastos incorridos na operação, os quais estão sendo apropriados no resultado mensalmente com base na taxa efetiva da operação.

(b) Banco Itaú S.A. (Debêntures)
De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública da Lins Agroindustrial S.A., nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”) e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, tendo em vista o enquadramento do projeto de investimento em ampliação, manutenção e recuperação da produção de biomassa (cana-de-açúcar), relativa às safras 22/23, 23/24 e 24/25, em 13 de junho de 2023 foram emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o valor total de R\$ 150.000. A totalidade do contrato está indexado a taxa de CDI + 1,56% a.a. através do instrumento de *Swap* de Fluxo de Caixa junto ao Banco Itaú S.A.

Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,21% ao ano, base 252 dias úteis, a partir da primeira data de integralização.

A partir da data de emissão, o valor nominal unitário atualizado será amortizado em 04 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir de junho de 2027. Farão jus ao recebimento dos pagamentos aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior a respectiva data de pagamento.

Banco Safra S.A. (Debêntures)

Conforme Contrato de distribuição datado e assinado em 05 de junho de 2024, firma a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública da Lins Agroindustrial S.A. nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”) e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, tendo em vista o enquadramento do projeto de investimento em ampliação, manutenção e recuperação da produção de biomassa (cana-de-açúcar), relativa às safras 22/23, 23/24 e 24/25, no valor total de R\$ 100.000. Foram emitidas 100.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 1, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,71% ao ano. Este valor será amortizado em 6 parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira em junho/2027 e com vencimento final em junho/2032.

A totalidade do contrato está indexado a taxa de CDI + 1,05 a.a. através do instrumento de Swap de Fluxo de Caixa junto ao Banco Safra S.A.

Garantias e cláusulas restritivas (“covenants”)

(i) Debêntures

Para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações assumidas, os acionistas Fiadores Equi Participações e Empreendimentos S.A. e Lourenço Biagi, prestam fiança em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, na 1ª e 2ª emissão.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Dívida Líquida / EBITDA $\leq 2,5x$
- Liquidez Corrente $>+ 1,2x$

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 3.086 em 31 de março de 2026.

(ii) Demais contratos

Os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens do ativo imobilizado financiados (conforme nota explicativa nº 16 (a)), hipotecas, cessão de recebíveis, avais dos acionistas e aplicações financeiras.

A Companhia possui cláusulas restritivas com indicadores financeiros e não financeiros de *Covenants*, conforme abaixo:

- Dívida Líquida / EBITDA $\leq 2,5x$
- Liquidez Corrente $\geq 1,0x$
- EBITDA / Despesa Financeira Líquida $\geq 1,5x$
- Realizar atos de fusão, cisão, incorporação, mudança de controle, mudança na composição do capital, sem a concordância de tais eventos;

- Receber protestos => a R\$ 1 milhão da Empresa ou Avalistas;
- Deixar de ter auditadas suas demonstrações financeiras por uma das seguintes empresas: Ernst & Young (EY), PwC, Deloitte ou KPMG;
- Deixar de apresentar cópia das demonstrações financeiras auditadas no término de cada exercício social, no prazo estabelecido pela CVM.
- Extinção, liquidação ou dissolução da Emitente, caso a Emitente deixe de ter classificação de risco (rating) corporativo por uma das seguintes empresas: *Standard & Poor's* ou a *Moody's* América Latina ou a *Fitch Ratings*.

A Companhia estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimento:

Vencimentos	2026	2025
de 1 a 2 anos	444.776	153.162
de 2 a 3 anos	232.594	276.389
de 3 a 5 anos	288.984	293.776
acima de 5 anos	<u>74.496</u>	<u>152.937</u>
	<u>1.040.850</u>	<u>876.264</u>

A composição do saldo total por instituição financeira em 31 de março de 2026 é a seguinte:

Instituição financeira	Circulante	Não Circulante	Total
Vortex Serv. Fiduciários Ltda.	-	258.904	258.904
Banco Itaú Unibanco	13.841	180.138	193.979
BNDES	22.604	125.729	148.333
Banco BTG Pactual	40.844	101.888	142.732
Banco Santander	63.238	75.000	138.238
Banco Rabobank	11.788	68.980	80.768
Banco do Brasil S.A.	29.507	50.000	79.507
Virgo Companhia de Securitização	365	75.256	75.621
Bank OF China (Brasil) Múltiplo S/A	26.773	40.833	67.606
Banco ABC Brasil	2.064	64.122	66.186
Banco Bradesco	<u>50.334</u>	<u>-</u>	<u>50.334</u>
	<u>261.358</u>	<u>1.040.850</u>	<u>1.302.208</u>

20 Obrigações com a Cooperativa

	2026	2025
Tributos e contribuições <i>sub-judice</i> - atualizado pela variação da SELIC	9.727	9.199
Repasse de recursos sem incidência de encargos	8.551	8.551
	18.278	17.750
Passivo não circulante	18.278	17.750

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo que seguirão em aberto até sua liquidação mesmo após o desligamento da Companhia. São garantidos por notas promissórias e por fianças bancárias.

Nos termos negociados no desligamento da Cooperativa, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Cooperativa, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada. Da mesma forma, a Companhia é responsável proporcionalmente à sua participação na Cooperativa por ações em andamento para as quais não existe provisão contábil pelo fato de os consultores jurídicos classificarem a probabilidade de perda como remota ou possível.

21 Salários e contribuições sociais

	2026	2025
Salários e ordenados a pagar	6.615	7.178
Provisão de participação nas metas e resultados	8.284	3.756
Provisão de férias e 13º salário	21.589	19.756
Encargos sobre a folha de pagamento	4.283	5.795
Outras contribuições	106	81
	40.877	36.566

22 Partes relacionadas

(i) Controladora final

A controladora final é a Equi Participações e Empreendimentos S.A., com 100% (100% em 31 de março de 2025) de participação.

(ii) Remuneração com pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da diretoria e os gerentes de divisão. No exercício findo em 31 de março de 2026, a remuneração paga a esses profissionais foi de R\$ 7.211 (R\$ 7.062 em 31 de março de 2025).

(iii) Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam: assistência médica, refeição e o fornecimento de vale refeição.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Metas e Resultados (PMR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados abaixo:

	2026	2025
Participação nos resultados	17.208	14.080
Convênio médico e outros benefícios	6.866	6.234
	24.074	20.314

(iv) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com os usufrutuários das ações:

	2026	2025
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.516	3.035
Empréstimos de acionistas (a)	84.207	86.346
Parceria agrícola a pagar (b)	21.591	1.557
	109.317	90.938
Passivo circulante	15.639	13.894
Passivo não circulante	93.768	77.044
Transações	2026	2025
Compra de cana-de-açúcar	7.093	6.189
Juros de parceria agrícola a pagar	3.386	217

a. Empréstimos de acionistas

	2026	2025
Saldo em 01 de abril	86.346	86.725
Empréstimos pagos durante o exercício	(7.300)	(7.300)
Juros pagos durante o exercício	(3.599)	(2.412)
Juros apropriados	8.760	9.333
Saldo em 31 de março	84.207	86.346
Circulante	12.030	10.859
Não circulante	72.177	75.487

A Companhia e o usufrutuário de suas ações Lourenço Biagi (nota explicativa nº 27 i), firmaram contrato de mútuo financeiro que preveem correção pelo IPCA, acrescidos de juros de 7% ao ano.

O pagamento do valor principal do mútuo e a totalidade dos juros sobre o mesmo incidente, deverão ser pagos até a data de vencimento de acordo com o cronograma abaixo:

Vencimentos	2026	2025
15/04/2025	-	10.793
15/04/2026	12.030	10.793
15/04/2027	12.029	10.793
15/04/2028	12.029	10.793
15/04/2029	12.029	10.793
15/04/2030	12.029	10.793
15/04/2031	12.029	10.793
15/04/2032	<u>12.032</u>	<u>10.795</u>
	<u>84.207</u>	<u>86.346</u>

b. Parceria agrícola a pagar

Refere-se a compra da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e álcool da empresa Agro Trabalho, que estão sendo realizadas com base em termos e condições acordadas entre as partes, através de contratos vigentes.

23 Adiantamentos de clientes

O valor de R\$ 3.861 (R\$ 10.454 em 31 de março de 2025) classificado no curto prazo, refere-se a adiantados de clientes em operações de venda de produtos, substancialmente de etanol.

O valor de R\$ 150.000 classificado no longo prazo, refere-se ao contrato para o fornecimento de açúcar VHP firmado junto a Trading Itaú BBA, para entregas físicas nas safras futuras até 2033, totalizando 147.274 toneladas, sendo entregue 20% por safra, sobre o qual a incidência de encargos financeiros calculados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI + 1,18% ao ano. No exercício findo em 31 de março de 2026 a Companhia reconheceu encargos financeiros de R\$ 18.874 decorrentes da atualização do saldo de adiantamentos, totalizando o montante de R\$ 168.874 em 31 de março de 2026.

24 Tributos a recolher

	2026	2025
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	4.381
Tributos retidos a recolher	<u>1.922</u>	<u>2.263</u>
	<u>1.922</u>	<u>6.644</u>

25 Provisão para contingências

	2025	Provisão	(Reversão)	(Pagamentos)	2026
Trabalhistas (i)	<u>5.334</u>	<u>7.222</u>	<u>(1.420)</u>	<u>-</u>	<u>11.136</u>
	<u>5.334</u>	<u>7.222</u>	<u>(1.420)</u>	<u>-</u>	<u>11.136</u>

	2024	Provisão	(Reversão)	(Pagamentos)	2025
Trabalhistas (i)	3.960	1.374	-	-	5.334
	3.960	1.374	-	-	5.334

O valor de provisão para contingências, refere-se a provisão para pagamento de processos cíveis e trabalhistas que se encontram em andamento e para os quais a possibilidade de perda é provável.

- (i) Trabalhistas - As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas “*in itinere*”; (iii) supressão do intervalo intrajornada; e (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade. Além disso, existem processos pleiteando indenizações por danos morais e materiais.

Conforme cisão ocorrida em 29 de fevereiro de 2020, a Companhia firmou um acordo particular sobre os processos judiciais de natureza civil e tributária, que serão controlados pela Usina Batatais S/A Açúcar e Álcool, com resultados positivos e negativos repassados na proporção de 50% para a Companhia.

Esses compromissos, junto com os demais processos da Companhia, perfazem o montante estimado em 31 de março de 2026 em R\$ 6.606 (R\$ 13.190 em 31 de março de 2025), cuja materialização, na avaliação suportada por consultores jurídicos, é possível, para as quais a administração da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

26 Tributos diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	2025	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2026
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	17.044	1.760	-	18.804
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	6.136	633	-	6.769
Direito de uso	189.938	28.385	-	218.323
Tributos sobre <i>Swap</i>	(3.942)	(2.997)	-	(6.939)
Tributos sobre contingências	1.813	1.480	-	3.293
Tributos sobre crédito de liquidação duvidosa	9	(2)	-	7
Tributos sobre outras diferenças temporárias	1.033	-	-	1.033
Tributos sobre Adrem e Presumido Cana	-	493	-	493
Instrumentos financeiros derivativos	38	3.231	(9.571)	(6.301)
Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(5.746)	398	-	(5.348)
Variação do valor justo do ativo biológico	(3.813)	35.107	-	31.294
Depreciação acelerada incentivada	(220.393)	(43.544)	-	(263.937)
Diferenças entre depreciação contábil e fiscal	(77.335)	(10.153)	-	(87.488)
Arrendamentos e parcerias agrícolas	(140.849)	(28.649)	-	(169.498)
Incentivos fiscais de subvenção	(7.092)	-	-	(7.092)
Outros	14.049	(6.152)	-	7.897
	(229.110)	(20.010)	(9.571)	(258.690)

	2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2025
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	10.003	7.041	-	17.044
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	3.601	2.535	-	6.136
Tributos sobre <i>Swap</i>	51	(3.993)	-	(3.942)
Tributos sobre contingências	1.346	467	-	1.813
Tributos sobre crédito de liquidação duvidosa	10	(1)	-	9
Tributos sobre outras diferenças temporárias	1.033	-	-	1.033
Instrumentos financeiros derivativos	7.193	2.192	(9.347)	38
Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(6.271)	525	-	(5.746)
Variação do valor justo do ativo biológico	(3.096)	(717)	-	(3.813)
Depreciação acelerada incentivada	(184.667)	(35.726)	-	(220.393)
Diferenças entre depreciação contábil e fiscal	(68.444)	(8.891)	-	(77.335)
Arrendamentos e parcerias agrícolas	42.788	6.301	-	49.089
Incentivos fiscais de subvenção	(7.092)	-	-	(7.092)
Outros	269	13.780	-	14.049
	<u>(203.276)</u>	<u>(16.487)</u>	<u>(9.347)</u>	<u>(229.110)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

A Companhia, utiliza taxas de depreciação diferentes daquelas previstas pela legislação vigente, que levam em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens alocados no seu ativo imobilizado. A diferença existente entre o encargo de depreciação gerado com base na taxa fiscal e aquele gerado com base na taxa contábil é ajustada na apuração do Lucro Real, sendo o crédito ou débito tributário reconhecido no mesmo período.

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Companhia que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

Os débitos tributários são realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado à mesma autoridade fiscal. Assim, os saldos de tributos diferidos demonstrados a seguir referem-se aos montantes líquidos.

Período estimado de realização dos créditos tributários

Créditos tributários diferidos, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado com lucro tributável e na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2026		2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.043	73.043	183.788	183.788
Juros sobre o capital próprio	-	-	(45.600)	(45.600)
	73.043	73.043	138.188	138.188
Alíquota fiscal máxima	25%	9%	25%	9%
Cálculo pela alíquota máxima	(18.237)	(6.574)	(34.529)	(12.437)
Adições permanentes				
Despesas indedutíveis	(1.438)	(519)	(908)	(327)
Exclusões permanentes				
Diferença na tributação dos CBIOS	3.220	1.160	9.327	3.358
Doações e incentivos	-	-	500	-
Tributos no resultado	(16.455)	(5.933)	(25.610)	(9.406)
Impostos correntes	(1.742)	(636)	(13.487)	(5.042)
Impostos diferidos	(14.713)	(5.297)	(12.123)	(4.364)
Taxa efetiva	23%	8%	19%	7%

27 Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de março de 2026 e de 2025, o capital social é representado por 2.930.102 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

	2026		2025	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Equi Participações e Empreendimentos S.A.	2.930.102	100%	2.930.102	100,0%
	2.930.102	100%	2.930.102	100,0%

As ações pertencentes à Equi Participações e Empreendimentos S.A. são gravadas com usufruto em nome de Lourenço Biagi, e resguarda ao usufrutuário direito aos dividendos e juros sobre o capital próprio. O direito de voto não foi resguardado e, portanto, pertence à *holding* Equi.

Conforme ATA da Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 01 de dezembro de 2025, foi deliberado o aumento de capital social sem emissão de ações no montante de R\$ 271.939, mediante integralização de reservas legal e de lucros.

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 31 de março de 2025, foi deliberado o aumento de capital social mediante a subscrição e integralização de crédito a título de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 52.054, sem a emissão de novas ações.

(ii) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Em atendimento ao disposto na Lei 11.638/07, a administração efetuou a proposta de destinação do lucro remanescente, após constituição das reservas legal e estatutária e dos dividendos obrigatórios, à constituição de reserva de retenção de lucros para futura destinação dos acionistas. Essa proposta será objeto de avaliação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se ao benefício fiscal relativo a créditos de ICMS. Essa reserva só poderá ser utilizada para capitalização ou absorção de prejuízos. A Companhia constitui "Reserva de Incentivos Fiscais" ao final de cada exercício societário em que é apurado lucro. A Companhia mantém controles para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes, conforme IN 1.515/14, artigo 3º, § 3º e Lei 12.973/14, artigo 30, § 3º. Em 31 de março de 2026 o saldo de Reserva de Incentivos Fiscais, constituídas, é de R\$ 20.861. A Companhia não possui "Reservas de Incentivos Fiscais" não constituídas.

(iii) Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído

Refere-se aos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado a partir de 1º de abril de 2009, líquidos dos efeitos tributários. É realizada com base na depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens avaliados em contrapartida de Lucros acumulados. Os valores realizados, líquidos dos efeitos tributários, foram de R\$ 775 (R\$ 1.018 em 31 de março de 2025).

Contabilidade de hedge

A parcela efetiva das variações no valor justo de instrumentos derivativos e não derivativos, designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial", que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultado financeiro.

(iv) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 1% do lucro líquido do exercício, calculado após a constituição da reserva legal (5% do lucro líquido).

Conforme ATA da Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 01 de dezembro de 2025, foi deliberada a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 13.500 mil., mediante utilização de recursos existentes em reservas de lucros.

(v) Juros sobre capital próprio

A distribuição de juros sobre capital próprio para os usufrutuários da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, conforme parágrafo único do artigo 20 do Estatuto Social, em que a Companhia pode, facultativamente, efetuar o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio, nos termos da Lei 9.249/1995, art. 9º, podendo este ser considerado como parte integrante dos dividendos mínimos obrigatórios.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

28 Receita líquida das vendas

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	2026	2025
Mercado interno	597.932	808.769
Mercado externo	<u>667.673</u>	<u>632.999</u>
	<u>1.265.605</u>	<u>1.441.768</u>
Impostos sobre vendas	<u>(79.705)</u>	<u>(121.759)</u>
Receita líquida	<u>1.185.900</u>	<u>1.320.009</u>
Receita líquida por produto	2026	2025
Açúcar	726.425	716.746
Etanol	412.527	547.001
Cereais	18.116	14.357
Bagaço	12.923	13.767
Levedura	9.129	10.726
Cbios	5.074	16.238
Óleo fuseo	213	61
Cana-de-açúcar	104	172
Outros	<u>1.389</u>	<u>941</u>
	<u>1.185.900</u>	<u>1.320.009</u>

29 Despesas por natureza

	2026	2025
Amortização da colheita do ativo biológico	(214.233)	(215.941)
Depreciação e amortização	(175.565)	(141.508)
Depreciação direito de uso	(153.810)	(159.916)
Salários e benefícios a empregados	(94.305)	(100.986)
Insumos, peças e outros materiais	(91.063)	(98.402)
Provisões manutenção entressafra	(44.821)	(46.083)
Serviços de terceiros	(44.405)	(46.292)
Fretes	(37.447)	(38.326)
Cana-de-açúcar	(33.455)	(58.318)
Combustíveis e lubrificantes	(27.680)	(34.531)
Tributos (exceto IRPJ e CSLL)	(10.344)	(10.770)
Demais gastos operacionais (próprios e Cooperativa)	(15.416)	(11.629)
	(942.544)	(962.702)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(861.379)	(894.035)
Despesas com vendas	(16.212)	(15.832)
Despesas gerais e administrativas	(64.953)	(52.835)
	(942.544)	(962.702)

30 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2026	2025
Outras receitas		
Receitas repassadas por Cooperativa	-	152
Receita na venda de ativos	6.091	8.001
Receita por inventários	-	7.606
Créditos tributários (i)	56.825	23.876
Ajuste a valor justo de ativos	358	493
Receitas de aluguéis e arrendamentos	144	500
Outras receitas	6.162	3.454
	69.580	44.082
Outras despesas		
Despesas repassadas por Cooperativa	(632)	(1.739)
Despesas por baixa de ativos imobilizados	(8.977)	(9.294)
Despesas por baixa de cana-de-açúcar	-	(6.292)
Despesas por baixa de outros ativos	(3.779)	(1.393)
PIS e Cofins sobre outras receitas e importações	(56)	(4.933)
Provisões	(4.353)	(1.374)
Estorno de crédito tributário	(875)	(2.629)
Despesas decorrentes da cisão	(148)	(5)
Reflorestamento	(1.759)	(1.747)
Outras despesas	(521)	(224)
	(21.100)	(29.630)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	48.480	14.452

- (i) O saldo de créditos tributários no exercício findo em 31 de março de 2026, refere-se principalmente aos créditos de PIS e COFINS relacionados ao ART. 195, § 12, CF/ ART. 8º da Lei n. 10.925/2004 – Crédito Presumido – Aquisição de Cana, relacionado as operações tributadas no montante de R\$ 37.662.

31 Resultado financeiro

	2026	2025
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	114.517	89.507
Juros sobre tributos a recuperar	1.573	6.976
Outras receitas	1.337	512
	<u>117.427</u>	<u>96.995</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos bancários	(133.580)	(123.392)
Juros sobre arrendamentos e aluguéis	(75.332)	(82.527)
Juros sobre empréstimo acionista	(8.759)	(9.333)
Juros sobre saldos Cooperativa	(528)	(358)
Juros sobre adiantamentos de clientes	(18.874)	-
Outras despesas	(11.994)	(14.879)
	<u>(249.067)</u>	<u>(230.489)</u>
Variação cambial e monetária, líquida:		
Empréstimos e financiamentos	4.948	(11.071)
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(4.354)	4.698
Clientes e fornecedores	873	(2.131)
	<u>1.467</u>	<u>(8.504)</u>
Resultado com derivativos, líquido		
Operações de açúcar	3.933	(474)
Operações de etanol	(10)	(7)
Operações de moeda	2.244	(13.613)
Operações de <i>swap</i>	(2.169)	(42.730)
	<u>3.998</u>	<u>(56.824)</u>
Resultado financeiro	<u>(126.175)</u>	<u>(198.822)</u>

32 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2026	2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	50.655	148.772
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício (milhares)	2.930	2.930
	<u>17,29</u>	<u>50,77</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u><u>17,29</u></u>	<u><u>50,77</u></u>

33 Instrumentos financeiros

(i) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2026								
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	-	546.967	150.023	696.990	-	546.967	-	546.967
Aplicações financeiras	-	288.362	-	288.362	-	288.362	-	288.362
Instrumentos financeiros derivativos	30.386	1.768	-	32.154	-	32.154	-	32.154
<i>Swaps</i> de taxa de juros	-	20.879	-	20.879	-	20.879	-	20.879
Contas a receber de clientes	-	-	50.536	50.536	-	-	-	-
Investimentos	-	-	625	625	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	-	14.274	14.274	-	-	-	-
	30.386	857.976	215.458	1.103.820	-	888.362	-	888.362
Passivos financeiros								
Fornecedores	-	-	115.301	115.301	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.302.208	1.302.208	-	1.647.934	-	1.647.934
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	-	774.115	-	774.115	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.038	1.583	-	13.621	-	13.621	-	13.621
<i>Swaps</i> de taxa de juros	-	28.284	-	28.284	-	28.284	-	28.284
Obrigações com a Cooperativa	-	-	18.278	18.278	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	3.516	3.516	-	-	-	-
Empréstimos de acionistas	-	-	84.207	84.207	-	84.207	-	84.207
	12.038	803.982	1.523.510	2.339.530	-	1.774.046	-	1.774.046

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2025								
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	-	490.870	46.364	537.234	-	490.870	-	490.870
Aplicações financeiras	-	276.448	-	276.448	-	276.448	-	276.448
Instrumentos financeiros derivativos	24.641	630	-	25.271	-	25.271	-	25.271
Swaps de taxa de juros	-	12.506	-	12.506	-	12.506	-	12.506
Contas a receber de clientes	-	-	65.665	65.665	-	-	-	-
Investimentos	-	-	625	625	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	-	31.962	31.962	-	-	-	-
	24.641	780.454	144.616	949.711	-	805.095	-	805.095
Passivos financeiros								
Fornecedores	-	-	138.763	138.763	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.127.686	1.127.686	-	1.474.238	-	1.474.238
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	-	861.945	-	861.945	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.874	516	-	25.390	-	25.390	-	25.390
Swaps de taxa de juros	-	49.198	-	49.198	-	49.198	-	49.198
Obrigações com a Cooperativa	-	-	17.750	17.750	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	3.035	3.035	-	-	-	-
Empréstimos de acionistas	-	-	86.346	86.346	-	86.346	-	86.346
	24.874	911.659	1.373.580	2.310.113	-	1.635.172	-	1.635.172

(ii) Mensuração do valor justo

O valor justo das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é estimado como sendo o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas das demonstrações financeiras que correspondem aos valores contábeis.

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2026 e 2025.

a. Técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos

Tipo	Técnica de avaliação	Entradas não observáveis significativas
Outros passivos financeiros (*)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado usando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.	Não aplicável.
Swaps de taxa de juros	Modelos de <i>swap</i> : O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós- fixadas são baseadas em taxas cotadas de <i>swap</i> , preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar <i>swaps</i> de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de credit default swaps ou preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável.

(*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos, financiamentos e debêntures.

(iii) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	9	696.990	537.234
Aplicações financeiras	9	288.362	276.448
Contas a receber de clientes	10	50.536	65.665
Instrumentos financeiros derivativos	33	53.033	37.777
Demais contas a receber	15	14.274	31.962
		1.103.195	949.086
Ativo circulante		1.053.442	879.805
Ativo não circulante		49.753	69.281

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez, conforme estabelecido em sua política de gestão de risco. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Contas a receber de clientes

A Companhia segue os critérios de avaliação estabelecidos em sua política de crédito e cobrança, a qual determina os seguintes principais parâmetros: (i) classes de risco para enquadramento dos clientes; (ii) prazo de validade dos limites estabelecidos; (iii) forma de avaliação dos clientes com base em suas demonstrações financeiras para enquadramento nas classes de risco; (iv) níveis de aprovação dos limites estabelecidos; e (v) forma de cobrança em caso de atraso/inadimplência. Vendas para clientes que não disponibilizam suas demonstrações ou para aqueles que tenham situação financeira insatisfatória, ou mesmo vendas realizadas acima dos limites estabelecidos, devem ser realizadas obrigatoriamente com pagamento antecipado.

As outras contas a receber de clientes estão basicamente representadas por clientes compradores de subprodutos da Companhia, bem como por venda de cana-de-açúcar. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito.

Instrumentos derivativos não realizados

A Companhia opera com instituições de primeira linha e avalia, periodicamente, o *rating* das instituições disponibilizado no mercado, conforme parâmetro estabelecido na política de gestão de risco. Além disso, na mesma política foi estabelecido o limite máximo de exposição por contraparte.

Garantias

A Companhia tem como política não fornecer garantia a terceiros.

Perdas por redução no valor recuperável

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 21 em 31 de março de 2026 (R\$ 26 em 31 de março de 2025), para fazer face a inadimplência de determinadas contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza-se de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da maximização de seu retorno de caixa em investimentos. A previsão do fluxo de caixa é realizada pelos gestores dos departamentos chave da Companhia e submetida à aprovação da Administração.

A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo.

2026						
	Valor contábil	Fluxo de caixa não descontado	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	115.301	115.301	115.301	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.302.208	1.647.934	380.449	570.749	616.075	80.661
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	774.115	1.110.899	194.129	175.067	423.772	317.931
Obrigações com a Cooperativa	18.278	18.278	-	-	-	18.278
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	3.516	3.516	3.516	-	-	-
Empréstimos de acionistas	84.207	84.207	12.030	12.030	36.088	24.059
Instrumentos financeiros derivativos	41.905	41.905	41.905	-	-	-
	2.339.530	3.022.040	747.330	757.846	1.075.935	440.930
2025						
	Valor contábil	Fluxo de caixa não descontado	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	138.763	138.763	138.763	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.127.686	1.474.239	347.764	261.311	696.340	168.824
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	861.945	1.068.066	-	184.965	442.903	440.198
Obrigações com a Cooperativa	17.750	17.750	-	-	-	17.750
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	3.035	3.035	3.035	-	-	-
Empréstimos de acionistas	86.346	86.346	10.793	21.586	32.379	21.588
Instrumentos financeiros derivativos	74.588	74.588	65.060	9.528	-	-
	2.310.113	2.862.787	565.415	477.390	1.171.622	648.360

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Risco de mercado

Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pela Administração.

A Companhia compra e vende derivativos e cumpre com as obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração e constantes da Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A Companhia opera com derivativos de *commodities* para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ.

As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco pré-estabelecido pela Administração.

A totalidade dos produtos comercializados são produzidos pela própria Companhia.

O açúcar é comercializado no mercado interno e externo, e o preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ e pelo preço do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova York. Isso faz com que estes sejam os principais fatores de risco do portfólio. A exposição líquida (que considera o açúcar produzido com cana de açúcar própria) é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco pré-estabelecidos na Política de Gestão de Riscos pela Administração.

O etanol é comercializado no mercado interno, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites pré-estabelecidos pela Administração, bem como com a definição de volumes de vendas em períodos que devem acompanhar a formação de preço do ESALQ.

A Companhia utiliza basicamente duas categorias de instrumentos para controle da exposição de *commodities*:

- (i) Contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT e BM&F) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*), opções e acumuladores permitidas em Política.
- (ii) Contratos a termo negociados diretamente com clientes.

O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial.

Para os contratos de balcão, a mensuração pelo valor justo é dada pela diferença entre preços fixados na contratação e seus respectivos valores de mercado. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Existem limites concedidos pelas instituições e só haverá necessidade de depósitos de margem caso o ajuste seja superior ao limite concedido. Assim, o principal impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá no momento da liquidação.

Instrumentos derivativos não realizados

	2026			2025		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Contratos de derivativos de açúcar	22.046	13.239	3.933	23.199	16.295	(474)
Contratos de derivativos de etanol	-	-	(10)	-	-	(7)
Contratos de derivativos de moeda	10.108	382	2.244	2.072	9.095	(13.613)
Contratos de derivativos de <i>swap</i>	20.879	28.284	(2.169)	12.506	49.198	(42.730)
	53.033	41.905	3.998	37.777	74.588	(56.824)

A Companhia faz uso da Contabilidade de *hedge*, designando alguns instrumentos e tem seus resultados acumulados no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, os quais serão levados ao resultado somente quando da liquidação do objeto de *hedge*. Nota explicativa nº 7.11 (v)

Os instrumentos não designados para a Contabilidade de *hedge* seguem tendo sua marcação a mercado, bem como sua liquidação, alocadas na demonstração do resultado do período, dentro do resultado financeiro, tendo reconhecido uma perda de R\$ 47.624 no exercício findo em 31 de março de 2026 (perda de R\$ 29.111 no exercício findo em 31 de março de 2025).

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa (ICE/NYBOT e BM&F) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*), opções e acumuladores permitidas em Política.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs), estratégias de Opções, *Swaps* e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco.

Nas demonstrações financeiras atuais, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, estão apresentados a seguir:

		Valor/Volume contratado	Preço médio (cBRL/lb)	Valor de referência - R\$	Valor justo
No ativo circulante - Ganho					
Compromissos de venda					
Contratos a termos de açúcar	Lotes	944	89,66	116.616	22.046
Contratos a termos de moeda	R\$	835.779	89,66	835.779	30.987
					53.033
No passivo circulante - Perda					
Contratos a termos de açúcar	Lotes	1.146	73,02	92.848	13.239
Contratos a termos de moeda	R\$	357.140	73,02	357.140	28.666
					41.905

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

	Ativo	Passivo	Outros resultados abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro	22.689	(11.734)	10.955
Derivativos de câmbio - NDF	10.131	(506)	9.625
	32.820	(12.240)	20.580
Tributos diferidos sobre os itens acima	(12.534)	4.162	(8.372)
	20.286	(8.078)	12.208

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	Safra 26/27	Total
Derivativos de mercadorias - futuro, opções e contratos a termo	(10.955)	(10.955)
Derivativos de câmbio – opções e NDF	(9.625)	(9.625)
	(20.580)	(20.580)
Tributos diferidos sobre os itens acima	8.372	8.372
	(12.208)	(12.208)

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte americano) nas vendas, compras, contas a receber e empréstimos e financiamentos denominados em moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, no caso, o Real (R\$).

A Companhia utiliza Contratos de Balcão para proteger seu risco de moeda

Os ativos (caixa e equivalentes a caixa e contas a receber) e passivos monetários (empréstimos e financiamentos) denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, substancialmente para exposições de curto prazo.

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia, principalmente em Reais, mas também em USD.

As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. O nível permitido de exposição cambial e os instrumentos financeiros derivativos que podem ser utilizados pela Companhia estão definidos na Política de Gestão de Riscos.

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para o próximo exercício.

	31/03/2026 em R\$	31/03/2026 em USD	Risco	Câmbio	Provável em R\$
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	110.967	21.260	USD	5,45	115.867
Instrumentos financeiros derivativos	53.033	10.161	USD	5,45	55.377
Contas a receber de clientes	24.704	4.733	USD	5,45	25.795
Total	188.704	36.154			197.039
Impacto estimado					
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	(41.905)	(8.029)	USD	5,45	(43.758)
Empréstimos e financiamentos	(196.653)	(37.677)	USD	5,45	(205.340)
Total	(238.558)	(45.706)			(249.098)
Impacto estimado	(49.854)	(9.552)			(52.058)

Fontes: As informações do USD Câmbio foram extraídas do site Banco Central do Brasil em Focus relatório de mercado.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos e debêntures. Como política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e financiamentos e debêntures são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um *hedge* natural entre os saldos.

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos. Além disso, a administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a Companhia tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas, para as quais busca ter como teto o Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

	Indexador	2026	2025
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	585.881	514.409
Aplicações financeiras	CDI	288.362	276.448
Demais contas a receber	CDI	3.593	-
		<u>877.836</u>	<u>790.857</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos - NCE	CDI	(21.407)	(23.825)
Empréstimos e financiamentos - CPR Financeira	CDI	(265.586)	(169.049)
Empréstimos e financiamentos - CRA	CDI	(75.621)	(75.043)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(188.785)	(323.444)
Empréstimos e financiamentos - FINEX	CDI	(50.334)	-
Debêntures	CDI	(272.818)	(272.039)
Empréstimos e financiamentos - FINAME	TJLP	(141.873)	(163.251)
Empréstimos e financiamentos - FINEP	TR	(15.042)	(7.526)
Empréstimos de acionistas	IPCA	(84.207)	(86.346)
Obrigações com a Cooperativa - tributos e contribuições	SELIC	(9.727)	(9.199)
		<u>(1.125.400)</u>	<u>(1.129.722)</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir.

O cenário corresponde ao considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras.

	Exposição 31/03/2026	Risco	%	Provável valor
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	874.243	CDI	12,79%	111.816
Demais contas a receber	3.593	CDI	12,79%	460
Total dos ativos financeiros	877.836			112.276
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos - NCE	(21.407)	CDI	12,79%	(2.738)
Empréstimos e financiamentos - CPR Financeira	(265.586)	CDI	12,79%	(33.968)
Empréstimos e financiamentos - CRA	(75.621)	CDI	12,79%	(9.672)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(188.785)	CDI	12,79%	(24.146)
Empréstimos e financiamentos - FINEX	(50.334)	CDI	12,79%	(6.438)
Debêntures	(272.818)	CDI	12,79%	(34.893)
Empréstimos e financiamentos - FINEM	(141.873)	TLP	9,19%	(13.039)
Empréstimos e financiamentos - FINEP	(15.042)	TR	7,72%	(1.161)
Empréstimos de acionistas	(84.207)	IPCA	3,85%	(3.242)
Obrigações com a Cooperativa - tributos e contribuições	(9.727)	SELIC	12,79%	(1.244)
Total dos passivos financeiros	(1.125.400)			(130.541)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(18.265)

Fontes: As informações do CDI, SELIC, IPCA, TR e TLP foram extraídas o site da Cetip, BNDES e site Banco Central do Brasil em Focus relatório de mercado.

34 Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades.

Em concordância com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, arrendamentos e parceria agrícola a pagar (incluindo curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

O índice de alavancagem financeira da Companhia em 31 de março é apresentado a seguir:

	2026	2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.302.208	1.127.686
Arrendamentos a pagar	63.937	29.792
Parceria agrícola a pagar	710.178	832.153
Menos: caixa e equivalentes a caixa	(696.990)	(537.234)
Menos: aplicações financeiras	(288.362)	(276.448)
Dívida líquida	1.090.971	1.175.949
Total do patrimônio líquido	918.322	867.110
Índice de alavancagem financeira	1,19	1,36

35 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

(i) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimos bancários	Arrendamentos a pagar	Parceria agrícola a pagar	Total da dívida	Caixa e equivalentes e aplicações financeiras	Dívida líquida
Dívida líquida em 01 de abril de 2024	1.187.602	51.781	920.425	2.159.808	(820.361)	1.339.447
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Captações	248.919	-	-	248.919	6.679	255.598
Amortizações	(329.672)	(27.926)	(192.846)	(550.444)	-	(550.444)
Encargos financeiros pagos	(113.966)	-	-	(113.966)	-	(113.966)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa						
Acréscimo por novos contratos	-	-	74.938	74.938	-	74.938
Remensuração	-	(47)	(6.777)	(6.824)	-	(6.824)
Baixas	-	-	(40.130)	(40.130)	-	(40.130)
Apropriação de encargos financeiros	-	5.984	76.543	82.527	-	82.527
Variações monetárias/cambiais reconhecida no resultado	134.803	-	-	134.803	-	134.803
Dívida líquida em 31 de março de 2025	1.127.686	29.792	832.153	1.989.631	(813.682)	1.175.949
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Captações	385.650	-	-	385.650	(171.670)	213.980
Amortizações	(217.189)	(23.142)	(119.407)	(359.738)	-	(359.738)
Encargos financeiros pagos	(130.363)	(5.299)	(70.031)	(205.693)	-	(205.693)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa						
Acréscimo por novos contratos	-	57.683	64.640	122.323	-	122.323
Remensuração	-	(320)	(63.664)	(63.984)	-	(63.984)
Baixas	-	-	(3.623)	(3.623)	-	(3.623)
Apropriação de encargos financeiros	-	5.223	70.109	75.332	-	75.332
Variações monetárias/cambiais reconhecida no resultado	136.424	-	-	136.424	-	136.424
Dívida líquida em 31 de março de 2026	1.302.208	63.937	710.177	2.076.322	(985.352)	1.090.971

(ii) Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia adquiriu imobilizado e intangível ao custo total de R\$ 184.432 (R\$ 184.665 em 31 de março de 2025). Pagamentos em caixa de R\$ 118.205 (R\$ 108.523 em 31 de março de 2025) foram feitos para aquisição de imobilizado e R\$ 66.227 (R\$ 76.142 em 31 de março de 2025) foram por meio de compras de fornecedores.

36 Compromissos

Compromisso de compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar com terceiros, com a finalidade de garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

Adicionalmente a Companhia possui compromissos para a próxima safra, firmados com clientes para o fornecimento tanto no mercado interno quanto no mercado externo de produtos acabados.

Possui ainda compromissos firmados para a próxima safra com fornecedores para aquisição de insumos agrícolas e industriais.

37 Eventos subsequentes

(i) 3ª Emissão de debêntures simples

A Companhia através da ATA - AGE “Assembleia Geral Extraordinária” datada e assinada em 14 de abril de 2026 e conforme Escritura de emissão datado e assinado em 14 de abril de 2026, firma a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública da Lins Agroindustrial S.A. nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”) e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, tendo em vista o enquadramento do projeto de investimento em ampliação, manutenção e recuperação da produção de biomassa (cana-de-açúcar), relativa às safras 25/26, 26/27 e 27/28, no valor total de R\$ 150.000. A amortizado será em 6 parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira em abril/2029 e com vencimento final em abril/2034. Serão emitidas 150.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 1,00, sobre o valor nominal unitário atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,26% ao ano.

A totalidade do contrato está indexado a taxa de CDI + 0,69 a.a. através do instrumento de *Swap* de Fluxo de Caixa junto ao Banco Itaú S.A.

(ii) 1ª Emissão de notas comerciais

A Companhia firma a 1ª emissão de Notas Comerciais, para colocação privada, em série única, com garantia fidejussória, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, através de Termo Constitutivo datado de 30 de abril de 2026. Este valor será amortizado em 4 parcelas anuais, sendo a primeira em abril/2029 e com vencimento final em abril/2032. Serão emitidas 100.000 quantidades de valor nominal unitário de R\$ 1,00, sobre o valor nominal unitário atualizado das Notas incidirão juros remuneratórios correspondentes a 0,87% ao ano, além da atualização monetária de 100% do CDI.

(iii) Contratação CPR Financeira

A Companhia emitiu uma CPR Financeira em 18 de maio de 2026, com garantia fidejussória e montante de R\$ 50.000, junto ao Banco Votorantim S.A. Este valor será amortizado em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira em novembro/2028 e com vencimento final em maio/2031. Sobre o valor nominal atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 0,80% ao ano, além da atualização monetária de 100% do CDI.

* * *

Lourenço Biagi
Diretor Presidente

Antônio Celso Roxo
Diretor Financeiro

Alexandre Boldrin
Contador
CRC 1SP277699/O-2